

Gustavo Schiavinatto Vitti

Da jaula de aço à fabricação do homem-empresa

notas de leitura acerca do capitalismo e de seu “espírito”

Resumo

O presente texto busca realizar uma discussão sobre os elementos que dão sustentação ao capitalismo, a partir de três conceitos: “espírito do capitalismo”, presente em Weber, “novo espírito do capitalismo” a partir Boltanski e Chiapello e de “nova razão do mundo”, em diálogo com Dardot e Laval. Busca-se, a partir das obras desses autores, refletir sobre as transformações da racionalidade que dão forma ao capitalismo, isto é, a partir das mudanças em seu “espírito”. Aponta-se, assim, de que maneira essas transformações estão associadas ao processo de reprodução do capitalismo e as formas de produção de engajamento e legitimação, frente às suas crises e críticas. Por fim realiza-se uma reflexão acerca da constituição dessa racionalidade no período contemporâneo do capitalismo, circunscrito a um conjunto de processos de neoliberalização, que define formas de empresariamento de si.

Capitalismo

Espírito do capitalismo

Racionalidade

Neoliberalismo

Crítica

Abstract

This text aims at discussing the elements that support capitalism from three concepts: “spirit of capitalism”, present in Weber, “new spirit of capitalism” from Boltanski and Chiapello, and “new way of the world”, in dialogue with Dardot and Laval. From the works of these authors, we seek to reflect on the transformations of rationality that shape capitalism. Thus, it is pointed out how these transformations are associated with the reproduction process of capitalism and the forms of production of engagement and legitimation, facing its crises and criticisms. Finally, we reflect on the constitution of this rationality in the contemporary period of capitalism, circumscribed to a set of processes of neoliberalization, which defines forms of entrepreneurship of the self.

Capitalism

Spirit of Capitalism

Rationality

Neoliberalism

Criticism

*“Uma vez incorporado o mal,
não se exige mais que se
acredite nele.”*

Franz Kafka

INTRODUÇÃO

Esse texto busca apontar caminhos e possíveis diálogos entre alguns autores, na tentativa de pensar o capitalismo contemporâneo e alguns dos elementos que o dão sustentação. Não se pretende aqui ter como chave de análise a ideia de ideologia, dentro desse quadro de legitimação do capitalismo, mas dialogar com Weber (2014), retomando algumas das questões por ele colocadas *n'A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Weber (2014) buscava observar quais elementos estavam associados à produção de uma racionalidade específica ocidental, isto é, um “espírito” que deu origem ao capitalismo. Neste texto busca-se observar as contribuições de autores que centram a análise sobre as transformações nessa racionalidade, nesse “espírito” apontado por Weber (2014), e analisar de que forma esse processo tem contribuído para a reprodução do capitalismo. Tem-se como enfoque, principalmente, o período contemporâneo do capitalismo, centrado em um conjunto de processos de neoliberalização vinculados a um “novo espírito do capitalismo”, como apontam Boltanski e Chiapello (2009) ou a uma “nova razão do mundo” como Dardot e Laval (2016).

Antes de passarmos para as reflexões sobre o capitalismo contemporâneo e propriamente dos processos de neoliberalização, parece interessante retomar algumas ideias de Weber, e observar quais aspectos este utilizou para compreender a sociedade ocidental. Weber centra sua análise na ideia de ação social, tendo como foco o indivíduo, buscando observar quais elementos norteiam e dão sentido às ações dos homens no mundo. Dessa forma, Weber buscava compreender os nexos causais que determinavam (ou condicionavam, uma palavra com um sentido mais weberiano) as formas de agir dos sujeitos. No entanto, esses nexos para Weber não são naturais ou universalizantes, possuem um conteúdo histórico e essa dimensão é a base da metodologia compreensiva weberiana.

Nesse sentido é que Weber define as ideias de razão, racionalidade ou até racionalismo como centralidade de sua análise do capitalismo, sem que essa centralidade se dê por preponderância a-histórica da razão sobre outras forças. A razão como elemento de análise se dá principalmente por uma definição teórica dada pelo próprio problema que se coloca a sociologia weberiana na busca de compreender o período moderno, em que o processo de racionalização avançava.

A ideia de racionalidade vai então ser uma chave importante para Weber de compreensão da sociedade, ou, mais especificamente, das formas de ação dos sujeitos na sociedade. Como nossa preocupação aqui

é com o período contemporâneo do capitalismo, vamos nos abster de adentrar as nuances dos tipos ideais de ação social que Weber vai destacar como presentes nas distintas sociedades ou racionalidades, e partir para aquilo que é a grande preocupação teórica de Weber que é essa forma singular de pensar e agir no mundo, assentada sobre uma racionalidade, que vai denominar de “racionalismo Ocidental”, ou como “racionalismo de dominação do mundo”. Essa forma de racionalismo, que difere de outras formas, como a de “fuga do mundo”, da sociedade hindu, ou “acomodação do mundo”, da sociedade chinesa, é definida para o autor como uma atitude instrumental da relação meio-fim sobre as três dimensões da ação humana.

ÉTICA E GÊNESE DO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Weber (2014) aponta que esse tipo de racionalidade de ação instrumental vai permear assim a forma de cobertura das necessidades da sociedade ocidental – mais expressivamente a partir da segunda metade do século XX –, “mediante atividades industriais e comerciais [...] pelo caminho do empreendimento, não importando a necessidade”. Essas atividades na sociedade ocidental são realizadas essencialmente por empresas capitalistas que têm como norma de conduta a contabilidade de capitais e a administração racional no atendimento às necessidades cotidianas da humanidade. Weber vai indicar, assim, essa contabilidade racional (assentada no que chama de racionalismo ocidental) como a pré-condição mais geral para a existência do capitalismo moderno¹.

A constituição dessa forma de condução da vida, desse racionalismo ocidental, que se dá a partir da internalização de uma ética racional, é o que o autor vai denominar como “espírito do capitalismo”. Como aponta Weber, na seguinte passagem

[p]ara saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista (WEBER, 2014, p.61, grifo nosso).

¹ Procuremos manter em mente essa ideia presente em Weber, pois no período contemporâneo, como observaremos a contabilidade de capitais e a forma empresa, se explicitam como forma de produção de sentido da ação social, como apontam Dardot e Laval (2016).

Portanto, para Weber (2014), ao realizar esse detido trabalho histórico sobre os possíveis nexos causais, esse ethos que passa a permear a mentalidade racional propriamente capitalista se efetiva a partir do processo de racionalização religiosa pelo qual passa o Ocidente². Mais especificamente, a partir da forma religiosa do protestantismo ascético intramundano que vai se constituir no século XVI, com o movimento da Reforma Protestante. Processo de racionalização que Weber (2014) vai denominar de “desencantamento do mundo”, em que ocorre uma mudança nas formas de práticas religiosas, anteriormente centradas em formas de explicação pautadas na “magia” e com a Reforma mais centradas em uma autoconsciência ascética.

Weber (2014) resgata um conjunto de elementos para explicitar de que “círculo de ideias” originou-se essa conduta ética a partir da concepção de vocação em Lutero. Para isso, Weber (2014) parte da tradução da bíblia realizada por Lutero, destacando uma noção que se faria presente apenas nos povos predominantemente protestantes, após a reforma. A palavra *Beruf*, do alemão, que remete a uma ideia de missão dada por Deus – mais ainda na conotação que adquire na tradução luterana da bíblia –, “de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido”, indica uma singularidade no que vai se constituir enquanto ética protestante. Nessa concepção, a única conduta de vida que agrada a Deus não é mais a suplantação da moralidade mundana por meio da ascese monástica (ascese extramundana), mas sim o cumprimento dos deveres intramundanos (ascese intramundana), que decorrem de sua posição na vida, compreendida aí como “vocação profissional”.

Ainda seguindo a busca por esse “círculo de ideias” nos parece interessante apontar o que Weber (2014) tem chamado de “espírito do capitalismo”, o que não fizemos detidamente até agora. Para caracterizar e dar rosto (ou alma) a esse espírito, Weber (2014) faz uso de um texto de Benjamin Franklin, um calvinista estadunidense, buscando demonstrar como esse texto destaca o ideal de dever que tem o indivíduo (*digno de crédito*) de se dedicar ao aumento de suas posses como um fim em si. Indica que a vio-

lação deste ideal (aumento da posse) não seria um descuido somente, mas sim um descompromisso com um *dever*. Para Weber (2014), de certa forma, a expressão desse ideal nesses termos vai ser um dos elementos centrais do que se chama de “espírito” do capitalismo – como essa atitude instrumental finalística. Essa concepção de dever em Franklin, apontada como uma virtude, como ressalta Weber, apresenta razões bastante vinculadas à sua utilidade para a vida prática, entendendo a vida prática a partir da noção que se consolida do ganho *em-si* como a finalidade da vida, e não mais o ganho como meio de satisfazer as necessidades. É o ganho enquanto resultado da profissão, e a profissão como dever, como obrigação frente a sua atividade profissional (seja como trabalhador ou empresário), que vai caracterizar a “ética social” da cultura capitalista.

Mesmo Weber (2014) vai apontar e reconhecer que, no crescente processo de racionalização e desencantamento do mundo, o espírito do capitalismo em muito se distanciou de sua origem nessa ética protestante, constituindo uma crosta cristalizada na sociedade capitalista, ou em seus termos, que tomamos no título desse ensaio, uma “jaula de aço³”. Com essa ideia Weber (2014) busca apontar a ideia do capitalismo como ele próprio um sistema de natureza totalizadora⁴ que “aprisionava a todos nessa lógica impessoal racional determinando a ferro e aço a conduta dos indivíduos”. Um sistema que, para Weber (2014), além de totalizador, caminhava à sua própria autonomização (racionalidade), conformando uma escravidão, sem mestre, em que o próprio aço guiaria as condutas. Poderíamos também tomar de Marx a ideia presente no primeiro livro de *O Capital* acerca da coerção concorrencial a que todos estão sujeitos no capitalismo, sejam trabalhadores ou capitalistas.

É a partir dessa ideia de “jaula de aço” ou de uma autonomização do econômico em relação ao social e ao político, ao apontar que a própria sociedade é imbuída de uma racionalidade ajustada a reprodução ampliada do capital, que buscamos observar o período contemporâneo. Se Weber (2014) nos fala de uma crosta cristalizada na sociedade, e Polanyi (1980), observando o início do século XIX, da produção de uma sociedade de mercado como condição de uma economia de mercado, nos perguntamos que elemento tem se alterado ou tido continuidade no que diz respeito a esse “espírito” ou racionalidade

2 É esse o esforço empreendido por Weber *n'A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ao que Weber indica seu exercício investigativo que é “rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela” (WEBER, 2014, p.89). Em alguma medida o esforço de rastrear os estímulos psicológicos que direcionam uma conduta de vida do indivíduo no período contemporâneo do capitalismo, parece ser um importante exercício de reflexão sobre seu novo espírito ou razão, como apontam Dardot e Laval (2016).

3 Michael Löwy (2014) indica que a tradução em si é aproximativa e que a correspondência correta do termo alemão seria algo como “habitação dura como aço”.

4 Ainda que a partir de outra forma de abordagem essa natureza totalizadora do capitalismo já se encontrava presente em Marx, principalmente a partir da perspectiva da compreensão da reprodução ampliada de *O Capital*.

que nos fala Weber. Ou melhor, se vamos reconhecer que o capitalismo passou por um conjunto de transformações no fim do século XX – e tentaremos apontar alguns desses elementos –, como podemos minimamente identificar alguns processos que deem conta de compreender a conduta de vida dos sujeitos nessa fase do capitalismo ao contribuírem para seu processo de reprodução?

ESPÍRITOS, CAPITALISMO E LEGITIMAÇÃO

Aqui tentaremos fazer uma aproximação com as considerações de Boltanski e Chiapello (2009), ainda que o ponto de partida, ou a questão que colocam, seja distinto do presente em Weber. Os autores partem da ideia de que os sujeitos incrustados na sociedade capitalista, sejam proletários ou capitalistas, precisam de justificações para se manterem envolvidos e inseridos nesse processo de reprodução, pois apenas a coerção não seria um mecanismo suficiente. É essa “justificação” que será chamada de espírito do capitalismo, partindo das discussões presentes em Weber. Seria, assim, o elemento que justifica o engajamento dos sujeitos no capitalismo, e conseqüentemente sua legitimação⁵. Weber, como apontamos, estava buscando compreender a relação entre um tipo de ética religiosa e os pressupostos necessários para o capitalismo como modo de produção. Boltanski e Chiapello (2009), entretanto, estão observando o que nessa crosta cristalizada, que se torna o espírito capitalista em Weber, faz com que os sujeitos continuem se engajando, permitindo a reprodução e a continuidade desse modo de produção. Para compreender esse processo vão analisar as justificações estabelecidas ao longo do período de existência do capitalismo, que, segundo os autores, se alteram no próprio processo de reprodução do capitalismo, a partir da crítica – e ainda que não caminhem nesse sentido, nas crises do próprio capitalismo. A partir dessa análise, identificam três espíritos que dão sustentação ao capitalismo ao longo do século XX.

Encontra-se nesse elemento uma das principais diferenças dos autores em relação ao que elabora Weber. Enquanto *n'A ética*, Weber busca observar os elementos mais gerais que guiam a ação social dos

5 Partimos da ideia de que o que Boltanski e Chiapello (2009) compreendem como engajamento poderia caminhar em um tipo de ação social específica – no sentido de Weber – frente a um modo de ocupação do trabalho no capitalismo, ainda que a preocupação de Weber esteja em um escopo da ação individual e os autores estejam buscando uma abordagem mais coletiva.

indivíduos numa conduta tipicamente capitalista, Boltanski e Chiapello (2009) buscam observar esse espírito a partir de sua variabilidade histórica, isto é, como esse foi preenchido “de maneiras diversas em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.43). A contribuição dos autores nos parece importante ao buscar observar as nuances históricas dessa crosta cristalizada, fazendo uso de uma metodologia que vai dialogar em alguns pontos com Pierre Bourdieu⁶ – que foi orientador e colega de Boltanski – e Weber. Principalmente a partir da constituição de tipos ideais, como destacam

permaneceremos fiéis ao método do tipo ideal weberiano, sistematizando e ressaltando o que nos parece específico de uma época em oposição às épocas precedentes, dando mais importância às variações que às constâncias, mas sem ignorar as características mais estáveis do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.43)

A pretensão aqui não é esgotar e nem fazer uma discussão aprofundada das considerações de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o papel da crítica ou sobre o que chamam de *cités*⁷ (cidades na tradução brasileira), mas sim destacar esse elemento interessante acerca da mudança no capitalismo. Mudança não só de seus processos de acumulação, como podemos observar nas abordagens da escola da regulação francesa, mas também em seu “espírito”, nas formas de legitimação e engajamento⁸ frente às mudanças no modo de acumulação. E essa vai ser a chave de entrada que tomaremos, a partir da ideia de terceiro espírito, para refletir sobre o que Dardot e Laval (2016) vão chamar de “nova razão do mundo”. Antes de entrarmos

6 Ainda que trabalhada de uma forma distinta e em alguns momentos ter se colocado em oposição, a teoria da justificação de Boltanski tem influência da noção de *habitus* de Bourdieu.
7 A ideia de *cités* retomada nesse livro tem origem na obra *De la justification*, de Boltanski e Thévenot, em que estes estabelecem um modelo para compreensão do modo como os sujeitos sociais reproduzem, reavaliam e justificam suas relações entre si. O que nos interessa é o modelo de cidade observado por Boltanski e Chiapello (2009), que se trata das cidades por projetos, e que seria o modelo presente no novo espírito do capitalismo.

8 Um elemento importante destacado pelos autores é que a importância em destacar o sentido do processo de acumulação e de associá-lo às formas de produção de engajamento frente às exigências da justiça social se choca com a tensão intrínseca ao capitalismo entre interesse coletivo da classe capitalista e o interesse dos capitais particulares em concorrência no mercado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009 p. 52).

nesse período contemporâneo, que podemos situar a partir de meados dos anos 1970 e 1980, vamos olhar mais detidamente quais são esses outros dois espíritos⁹ identificados por Boltanski e Chiapello (2009), com o objetivo de compreender de que forma esses autores observam o papel da crítica, da justificação e das transformações do capitalismo nas mudanças de seu espírito.

Para os autores, o que se denomina de espírito do capitalismo estaria presente desde meados do século XIX, quando o capitalismo se caracteriza como modo de produção de tendência universalizante – período identificado por Polanyi (1980) de conformação da economia de mercado – e perduraria de certa forma até as primeiras décadas do século XX, encontrando no fim da década de 1920 a demarcação de sua perda de capacidade de engajamento. Esse primeiro espírito estaria principalmente associado à forma capitalista do período compreendido pelas análises de Marx e Weber, em que o burguês enquanto representante do capital seria figura central desse espírito. Suas características estão associadas com o início desse capitalismo industrial, principalmente inglês, com o aumento da produção de forma crescente, e vai encontrar seu ponto de virada com a crise de 1929. É um período em que as formas de justificação do processo capitalista, o espírito que possibilitava o engajamento dos sujeitos no sistema, encontrava-se nas discussões de bem comum, ligadas, segundo os autores, à crença no progresso, na ciência, na técnica, no futuro, no mercado e na própria indústria. Esse período é impregnado com uma moral burguesa que combina disposições econômicas inovadoras (avareza, espírito poupador, tendência a racionalização da vida cotidiana, desenvolvimento de habilidades contábeis, de cálculo e previsão) com posições familiares e tradicionalistas, em relação ao patrimônio, às relações pessoais, aos empregados (relações patriarcalistas). Dimensões próximas ao espírito que Weber observava ao configurar o “espírito capitalista”.

Para Boltanski e Chiapello (2009), esse “espírito” vai se realizar dessa forma, tendo essas figuras como representatividade do sistema, até meados dos anos 1920. A partir desse período há uma segunda caracterização do espírito capitalista, que vai se desenvol-

ver entre os anos de 1930 e 1960. Diferentemente do período anterior, em que o burguês era identificado como a figura representativa do espírito, nesse momento é o diretor da grande empresa centralizada e burocratizada. Este, o diretor, é o elemento movente de um capitalismo em expansão, imbuído de uma vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho de sua empresa, por meio de “uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 50). A justificação desse período nos termos dos autores vai estar alicerçada de alguma forma na realização de desejos por meio da produção em massa (emprego) e do consumo de massa (salário).

Esse binômio – produção e consumo – vai demarcar outras definições dadas a esse período até 1960, seja sociedade salarial, de política keynesiana, ou fordismo. No entanto, enquanto forma de produção de engajamento vão ser expressos no asseguramento dado pela racionalização e planificação de longo prazo, que garantiam ambientes protetores do ponto de vista do emprego e do trabalho, oferecendo perspectivas não só em termos de carreiras (com toda a estrutura de proteção ao trabalho), mas em toda a infraestrutura para a vida cotidiana (moradia, lazer, educação, saúde). O engajamento nesse período se possibilitava, dessa forma, pela própria estrutura garantida pela sociedade salarial, pelo que ficou conhecido como Estado de bem-estar social (Estado-providência). Este Estado garantia uma relação distinta na composição capital-trabalho, o que em termos polanyianos poderíamos indicar como processo de contramovimento aos processos de mercantilização, ou de “liberalismo incrustado” (*embedded*), em que as relações de mercado e sociedade estariam menos autonomizadas (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012).

Ainda em que perspectivas distintas de abordagem, retomar Polanyi (1980) nesse momento tem sua importância. Tentaremos aqui realizar uma interlocução bastante livre entre as perspectivas dos autores. A teoria de mudança do espírito do capitalismo, de Boltanski e Chiapello, que vai levar em consideração a crítica e os processos de justificação do capitalismo (dado seu caráter absurdo, nos termos dos autores), dialoga em alguma medida com as proposições de movimento e contramovimento polanyianas, e vai auxiliar a reflexão sobre o período contemporâneo do “neoliberalismo”. Para Polanyi (1980), o movimento se daria em um processo de mercantilização, inserção da sociedade na economia de mercado autorregulada, já o contramovimento se

9 É importante destacar que tanto as abordagens de Weber, quanto as de Boltanski e Chiapello (2009) estão observando o capitalismo nos países desenvolvidos, principalmente Europa ocidental, e, em alguma medida, nos EUA. Assim, essa divisão de espíritos se transplantada para observar as formas de engajamento nos países periféricos nesse período apresentariam algumas distinções, dado o desenvolvimento das formas de acumulação e aspectos próprios do histórico colonial (*path dependence*).

daria por processos defensivos que freassem a autorregulação da economia. Esse processo de contramovimento se dá como forma de salvaguardar a sociedade, por meio da defesa das mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), de forma com que essas não fossem esmagadas no “moinho satânico” do mercado autorregulável. Ainda que tenham diferenças significativas entre as duas proposições teóricas, uma vez que Polanyi (1980) está observando o processo de acumulação em si, e Boltanski e Chiapello (2009), apontando o papel da crítica na promoção desses contramovimentos de defesa, nos parece interessante trazer essas duas perspectivas para pensar a dinâmica do capitalismo e seu engajamento. Uma vez que o engajamento poderia ser possibilitado também por esses processos de contramovimento¹⁰.

A retomada bastante breve desses dois espíritos objetiva principalmente observar a característica destacada pelos autores de como as transformações no processo de acumulação se dão de forma associada às transformações no espírito e na racionalidade da sociedade. Para os autores

Este último [espírito do capitalismo] transforma-se para atender à necessidade de justificação das pessoas comprometidas em dado momento no processo de acumulação capitalista, mas cujos valores e representações, recebidos como herança cultural, ainda estão associados a formas anteriores de acumulação, à sociedade tradicional no caso do nascimento do “primeiro espírito” ou a um espírito precedente, no caso da passagem para os espíritos seguintes do capitalismo. O alvo será tornar sedutoras para tais pessoas as novas formas de acumulação (a dimensão estimulante de todo espírito), ao mesmo tempo que são levadas em conta as necessidades que tais pessoas têm de autojustificar-se (tomando como apoio a referência a um bem comum) e são construídas defesas contra aquilo que, nos novos dispositivos capitalistas, elas percebem como coisas capazes de ameaçar a sobrevivência de sua identidade social (a dimensão “garantias”). (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.54)

Os autores destacam que o espírito impõe coerções sobre o capitalismo de dois tipos. De um lado, as justificações ao serem interiorizadas pelos sujeitos

10 Destacando essa ideia principalmente até esse segundo espírito, uma vez que Boltanski (2013) em texto mais recente vai apontar uma mudança distinta no processo capitalista, que dialoga bastante com a perspectiva trazida por Dardot e Laval (016) sobre o neoliberalismo.

no capitalismo introduzem uma autocrítica e autoeliminação de práticas não condizentes e conformes ao processo de acumulação. E, de outro, há o fato de que as próprias justificações, para serem interiorizadas, devem se apoiar em dispositivos, aparatos regulatórios, objetos, normas, convenções e instituições, como forma de dar credibilidade a esse espírito do capitalismo e reforçar o poder das justificações e as formas de resposta às denúncias (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.59).

Por fim para concluirmos essa aproximação breve com as ideias de espíritos e partirmos para algumas reflexões sobre o período contemporâneo, cabe resgataremos de que forma os autores estruturam esse modelo da mudança do espírito do capitalismo, que para estes expressa-se num jogo de três termos, correspondendo ao papel da crítica e do próprio capitalismo.

O primeiro representa a crítica e pode ser definido em função daquilo que ela denuncia (uma vez que os objetos de denúncia, como veremos, são bastante diversificados no caso do capitalismo) e de sua virulência. O segundo corresponde ao capitalismo do modo como é caracterizado pelos dispositivos de organização do trabalho e pelas maneiras de obter lucro, associados a determinada época. O terceiro também corresponde ao capitalismo, mas desta vez na medida em que ele integra dispositivos que visam a manter uma distância tolerável entre os meios utilizados para gerar lucros (segundo termo) e as exigências de justiça que se apoiam em convenções consideradas como legítimas. Cada um dos polos dessa oposição de três termos pode evoluir: a crítica pode mudar de objeto, perder ou ganhar virulência; o capitalismo pode conservar ou mudar seus dispositivos de acumulação; também pode melhorá-los no sentido de maior justiça, ou dismantelar as garantias oferecidas até então (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.64)

Para Boltanski e Chiapello (2009), é por meio dessas três formas que o espírito do capitalismo passa por processos de transformação, seja frente à crítica, ao processo intrínseco de acumulação capitalista ou aos dispositivos próprios de justificação e promoção do engajamento (contramovimento). Ainda que não tenhamos nos dedicado largamente à grande contribuição desses autores para pensar explicitamente os meandros desses três termos na transformação do espírito do capitalismo desde seu surgimento, buscamos nesse subitem trazer alguns elementos interessantes para pensar e refletir acerca das questões levantadas previamente por Weber. Agora buscaremos

olhar mais especificamente esse período pós-fim do segundo espírito, a partir da década de 1970, que de forma geral tem sido colocado sob o manto do processo neoliberal, buscando observar que espírito ou racionalidade identificam os autores com quem temos dialogado neste ensaio.

NEOLIBERALISMO E RACIONALIDADE: EMPRESARIAMENTO DE SI

Ao longo do texto buscamos ir preparando o caminho para pensar o que esses autores que estamos trabalhando têm chamado de um novo espírito ou nova razão, própria do capitalismo contemporâneo, ou mais especificamente do período neoliberal. Não vamos aqui realizar uma análise aprofundada dos meandros e das dimensões históricas do neoliberalismo enquanto campo ideopolítico, ou mesmo de suas políticas concretas, mas sim buscar destacar, a partir dos autores que apontamos na introdução, se o engajamento à acumulação capitalista se materializa no período contemporâneo e que elementos da racionalidade o permitiram.

Pois bem, Boltanski e Chiapello (2009) vão apontar que o terceiro espírito encontra-se em processo de formação a partir dos anos 1970, derivado dos processos de crise de acumulação com o petróleo, fim do padrão ouro, maior liberalização financeira, expansão mundial do capital (mundialização), desestabilização do *Welfare State* nos países do centro e fragilização da sociedade salarial – ou seja, a partir um conjunto de processos já largamente estudados e destacados pelas ciências humanas. Os autores apontam que esses processos de caráter mais sistêmico que trouxeram transformações à própria dinâmica de acumulação capitalista vão implicar um processo de alteração do espírito capitalista, dado as críticas que surgem frente ao desmantelamento do Estado de bem-estar social e aos dispositivos próprios da sociedade salarial, bem como a própria expansão do capitalismo a partir de sua mundialização. Dessa forma, vai se conformando um novo espírito que busca produzir novas formas de produção de engajamento e legitimidade a partir de 1970, com mais força a partir dos anos 1990.

Essas formas de produção que se transplantam do modelo fabril do período anterior e adentram o modelo flexível, mundializado e empresarial (*management*) do período contemporâneo ganham corpo teórico-prático sob o conceito de neoliberalismo ou de neoliberalização.

Cabe aqui uma aproximação rápida com o que temos entendido por neoliberalismo, antes de se-

guirmos na abordagem de sua racionalidade, uma vez que essa abordagem sobre o neoliberalismo apresenta distintos posicionamentos e compreensões. O uso corrente – quase banal – deste termo, após 1990, pela academia e pela sociedade como um todo, desde os folhetins e telejornais mais vistos aos movimentos sociais, parece se polarizar em um grupo que vê sua homogeneização em toda a parte, com a expressão verdadeira ou o fim da história, enquanto outros buscam apontar seus limites, exceções e alternativas (PECK, THEODORE, BRENNER, 2012). Por outro lado, também há um grande grupo que vai se preocupar em apontar suas fraquezas, analíticas e práticas, pós-crise de 2008, quando esse neoliberalismo parece encontrar o seu próprio “muro de Berlim” ou “cavar sua própria cova”.

O cenário atual pelo qual o mundo tem passado, no qual o Brasil se apresenta como um personagem central, indica uma negação dessa última premissa. O aparente muro ou cova, com o qual o processo neoliberal se encontrou em 2008, que supostamente o teria levado ao fim, não se realizou. Na verdade, tem ressurgido, como aponta Jamie Peck (2012), como um *zumbi*, que mesmo não possuindo capacidade mental, segue fazendo o mesmo recorrentemente. Como vão elaborar Dardot e Laval (2016), essa *crise na governamentalidade neoliberal*, mesmo com *reajustes de conjunto* nos dispositivos Estado/Mercado, segue ainda, *sob a permanência da racionalidade neoliberal*.

As duas proposições acima partem de campos teóricos distintos. De um lado, ressaltam aspectos mais centrados na preocupação da geografia econômica, como Peck, Theodore, Brenner (2012), Peck (2016). De outro, apoiados em uma perspectiva de entendimento da sociedade neoliberal, como Dardot e Laval (2016), podendo aparecer à primeira vista como opostos ou antagônicos¹¹. No entanto, buscamos partir de uma articulação ou aprofundamento de mediações entre as duas posições, que apontam

11 Peck (2016) vai apontar que, alguns dos atuais estudos acerca do neoliberalismo se encontram em três perspectivas: uma representação marxista desse como uma nova forma hegemônica de dominação de classe, ligada principalmente ao aprofundamento da financeirização, na qual poderiam se enquadrar as abordagens de Chesnais e, com algumas ressalvas, David Harvey; a que se insere em um campo (neo)foucaultiano, vinculada aos estudos de governança, em que os impulsos neoliberais assumem formas muito dispersas e complexas; e a que se situa “através” e “entre” esses dois últimos, com um conjunto de abordagens, que buscam compreender “o neoliberalismo e a neoliberalização, como um *complexo de políticas variegadas*, como um *paradigma de reestruturação* ou uma “frente” regulatória e como uma *racionalidade predominante de governo*” (p. 4739, tradução nossa, grifo nosso).

elementos convergentes para pensarmos o processo de neoliberalização e sua existência real-concreta, a partir da crise de 2008. Ambas permitem um posicionamento crítico aos alçozes precipitados do neoliberalismo, que se sustentam, principalmente, na crítica à própria noção de neoliberalismo, que norteia os que pregam seu fim.

O primeiro passo para uma leitura mais concreta do neoliberalismo é entendê-lo para além de uma narrativa ou conjunto ideológico. Isto é, entender que seu processo de materialização, ao longo do século XX e XXI, estabelece um conjunto complexo, que não se restringe aos elementos ou aspectos presentes quando de seu surgimento, ou às elaborações teóricas preliminares a partir do Colóquio Walter Lippman (1938) e da Sociedade de Mont Pèlerin (1937). É claro que não se nega a importância dos teóricos que participaram desse processo e atuaram como elaboradores e disseminadores dos preceitos liberais, como Hayek, Friedman, Von Mises e Antony Fisher. Busca-se aqui ressaltar que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um credo “organizado” e “sistemático” norteador de políticas de liberalização da economia. Nos parece mais coerente, como apontam Dardot e Laval (2016), entender que

[O] neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes¹² e plenamente assumido como construção histórica de norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de

12 Consideramos importante aqui uma ressalva a esse caráter desimpedido do capitalismo de suas referências arcaicas: partindo inclusive da conceituação de neoliberalismo que pretendemos demonstrar, o capitalismo em seu funcionamento opera e dinamiza diferentes características e contextos sociais e políticos em sua lógica de extração de mais-valor, podendo recorrer a modos de regulação, relações de trabalho e lógicas consideradas “arcaicas”, ou melhor, extemporâneas em relação ao contexto temporal e espacial sob análise, como, por exemplo, podemos apontar nas discussões de reprodução de mecanismos de acumulação primitiva permanente nos elementos de abordagem do capitalismo subdesenvolvido e periférico latino-americano.

discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o *princípio universal* da concorrência (p.17).

Temos aqui um ponto importante para entender não só o neoliberalismo, mas aquilo que temos buscado destacar neste texto: o novo espírito do capitalismo. Assim, é importante abordar o neoliberalismo também como um tipo de racionalidade que implementa uma forma específica de funcionamento e estruturação da política, da economia e dos processos de subjetivação, ancorada na generalização da concorrência e da forma “empresa”. É, assim, crucial entendê-lo como a transformação da lógica do mercado em uma lógica tendencial normativa, nas mais variadas esferas e domínios da reprodução social, desde o “Estado” – e seus diversos braços – até os elementos mais íntimos da vida cotidiana¹³.

Dessa forma, um aspecto desse processo, no sentido exposto por Dardot e Laval (2016), trata-se da fabricação de um “sujeito neoliberal”, resultante da penetração do modelo “empresa”, com sua estrutura de “governança”, “gestão de desempenho” e “riscos”, mensurada por índices de atendimento de uma suposta “eficácia” nos processos de subjetivação. Esse movimento de penetração da concorrência, visto sob o ângulo da “competitividade”, se expressa em diversas esferas da vida social, seja na educação, nos ambientes de trabalho, nas formas de acesso aos direitos básicos (a partir de critérios de classificação definidos por diversas instâncias de governança), nas redes sociais, e é característico da permeabilidade dessa racionalidade neoliberal capitalista na ação social dos indivíduos.

Dardot e Laval (2016) vão, a partir da análise das produções dos teóricos do neoliberalismo, ou o que Weber denominaria de capitalistas de cátedra, buscar reconstituir diversos elementos mais específicos desse processo mais geral de introjeção da racionalidade neoliberal nas mais distintas esferas. Vamos aqui identificar alguns que vão ao encontro da formação desse sujeito neoliberal ou da fabricação do homem-empresa. A leitura que os autores fazem de Von Mises, Hayek, Friedman, Kirzner¹⁴ se assemelha de certa forma ao uso que Weber faz das ideias de Franklin como enunciação de um espírito, e que nesse caso se assemelha mais a uma evocação desse espírito.

Apesar de Dardot e Laval (2016) fazerem uma

13 É um processo de expansão de dois aspectos centrais da filosofia que constitui o capitalismo: a afirmação da *individuação* e dos *direitos de propriedade*.

14 Isso ganha relevância se levarmos em consideração também que esses autores acreditavam que a ideologia tinha um importante papel sobre a ação humana e defendiam essa batalha das ideias por meio da ciência econômica.

análise minuciosa das contribuições das diferentes escolas (austríaca, alemã, americana) na formulação dessa nova razão, aqui tomaremos apenas alguns aspectos mais gerais. Enquanto Weber vai resgatar em *beruf* os pressupostos éticos do espírito do capitalismo, podemos, de forma distinta, partir da noção de *entrepreneurship*¹⁵ (empreendimento), como conduta individual “universal mais essencial à ordem capitalista”. Dessa forma, para essa racionalidade, a concorrência no mercado sem regulação é entendida como um processo de descoberta de informação em que a conduta do sujeito busca superar e ultrapassar os outros na busca de lucro. Essa forma de pensar, pautada na *concorrência* e na *rivalidade*, na ação exige uma política que pretenda moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.

A criação desse processo de empresariamento de si, ou autogoverno de si para essa corrente austro-americana, não se daria de forma naturalizada, mas sim no mercado. Ocorreria a partir do fato de o indivíduo ser colocado cada vez mais em situações de mercado. Dessa forma a governamentalidade neoliberal individualizada – que transforma o *homo oeconomicus* em *homo agens* – se daria a partir da criação de situações de mercado que promovessem o aprendizado racional e progressivo.

Esse processo buscaria constituir esse *homo agens* que conformaria seu próprio quadro de fins e meios em que efetua suas escolhas. Não seria assim um maximizador passivo de lucros, mas sim ativo, apresenta um posicionalmente ascético empreendedor de si. Os autores enunciam assim um dos dizeres desse espírito:

Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores. Isso significa também que, se o mercado é visto como um livre espaço para os empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 147)

Essa faculdade de empresariamento (*enterprising*) não permeia apenas seu sentindo no funcionamento da economia do emprego, mas também envolve a

15 Essa formulação encontra-se no que se define como autores austro-americanos, e que para Dardot e Laval (2016) vão ter um papel mais central na formulação do neoliberalismo que a própria economia neoclássica.

capacidade de empreender todos os aspectos de sua vida, e, no limite, até sua própria vida. Essa característica associa-se a necessidade inovativa e criativa nesse ambiente de mercado competitivo. O constante *enterprising* de si exigiria uma frequente adaptabilidade, que transformaria a inovação no princípio universal de organização da vida. Esse viés é presente na defesa realizada pelo *management* neoschumpeteriano de que o processo de gestão empresarial não deveria configurar só como ferramenta para a constituição de uma economia de empreendedores, mas sim de uma sociedade de empreendedores¹⁶. O empresariamento de si transforma-se assim em gestão e gerenciamento da vida do novo homem econômico, a partir do contato entre diferentes correntes de pensamento, como a “praxeologia” de Mises e o discurso gerencial neoschumpeteriano. Além disso, Dardot e Laval (2016) apontam o papel que organizações supranacionais têm de estimular esse “espírito do empreendimento” como prioridade dos sistemas educacionais nacionais.

Essa dimensão/concepção que compõe o espírito do capitalismo contemporâneo demanda a constituição de uma norma subjetiva distinta do período anterior. Dardot e Laval (2016) vão apontar que essa normatividade se estabelece com um conjunto de técnicas disciplinares, que denominam de dispositivo de eficácia, em referência ao conceito de dispositivo em Foucault. Eles defendem que “os sujeitos nunca se converteriam de forma voluntária”.

Era preciso pensar e implantar, “por uma estratégia sem estrategistas”, os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma ins-

16 Essas questões são próximas à abordagem de Boltanski e Chiapello (2009) da cidade por projetos, *cité par projet*. Esta seria, dentro da estrutura analítica dos autores, o conjunto de valores que daria sustentação a crítica e a justificação na sociedade contemporânea. Para os autores, nesse período os projetos seriam a configuração da vida social e da vida profissional, na qual os sujeitos se engajariam. Nesse sentido, o conjunto de valores que conformariam a sociedade se daria de forma a permitir e possibilitar uma flexibilidade para que os sujeitos se engajassem em um conjunto de projetos, diferentes entre si. O sujeito da cidade por projetos é, assim, flexível, conectado a diversos pontos da rede e etapas dos processos produtivos, sua empregabilidade depende dessa capacidade de adaptação e de gestão dos projetos, dos contatos estabelecidos. Para os autores, essa cidade representa o mundo conexonista, das redes, dos processos de terceirização, da especialização flexível, das unidades autônomas. Essa capacidade de empresariamento de si destacada por Laval e Dardot (2016) tem relação direta com essa necessidade constante de engajamento em diferentes projetos, essa capacidade de adaptação, conexão e gerenciamento não só de projetos profissionais, mas de sua própria vida, em seus diversos aspectos.

titucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 324).

A produção desse dispositivo se distancia dos elementos presentes em Boltanski e Chiapello (2009) nos dois espíritos como formas de dar justificação ao sistema capitalista e de produzir engajamento. E se aproximariam mais das reflexões mais recentes de Boltanski(2013)¹⁷ que apontam que viveríamos atualmente um período de dominação gestonária, em contraposição a uma dominação pelo terror ou pela ideologia.

Estas formas de dominação, que podem ser chamadas de gestonárias – para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão – são adaptadas às modalidades de exploração que fazem economia da força física, mas também de algum grau de persuasão. A exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa.[...] Uma das propriedades mais relevantes da dominação gestonária é, de fato, ser sem sujeitos. Ela é baseada em dispositivos dos quais indivíduos ou grupos podem tirar maior ou menor proveito, dependendo das estratégias que eles adotam (BOLTANSKI, 2013, p. 449)

Gestão da mente em Dardot e Laval (2016) ou dominação gestonária em Boltanski (2013), o que esses autores parecem ver surgir é a produção de uma racionalidade e de um modo de acumulação capitalista que prescindiria de um engajamento, de uma justificação. Seria “dizer que nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber” ou “seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por sua conta própria, sua ‘jaula de aço individual’” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 330). Essa governamentalidade neoliberal, com ares de novidade, brutaliza ainda mais o caráter coercitivo que Marx (2013) já previa na concorrência. Os riscos inerentes ao mercado são passados assim aos indivíduos empresariados, aos homens-empresa. E essa nova gestão tem como novidade o fato de modelar os indivíduos de forma com que esses estejam em condições de suportar as condições que lhes são

¹⁷ Nos parece que essa contribuição mais recente de Boltanski (2013) teria maior capacidade de diálogo com o que estão propondo Dardot e Laval (2016), ainda que de forma distinta. E resolvem um pouco as críticas feitas pelos próprios autores ao Boltanski, que apontam que ele subestimava o aspecto propriamente disciplinar dos discursos gerenciais (DARDOT, LAVAL, 2016, p.330).

impostas, ao mesmo tempo que sua ação contribui para tornar essas condições cada vez mais brutais e extenuantes. O homem passa a movimentar seu próprio moinho satânico.

A ética do trabalho se altera, não representa mais a vocação e a eleição presente em Weber e nem mesmo os preceitos da sociedade salarial do segundo espírito, mas sim perpassa pela transformação de si em empresa. A associação entre sucesso no emprego e sucesso na vida retorna, uma vez que todo espaço da vida está associado à ação gerencial de si. Para os autores (LAVAL; DARDOT, 2016), há uma mudança: uma vez que o período hoje global torna impossível para o indivíduo o domínio ou controle do mundo compensa-se com o domínio de si mesmo. Nesse sentido, é utilizado um conjunto constante de técnicas de gestão da vida de forma a transformar as subjetividades em potencialidades de maneira cada vez mais eficaz. A ação ascética do homem se efetiva pelo desempenho e pelo emprego de técnicas e indicadores de eficácia, utilizando mecanismos de avaliação, auditoria e vigilância. Dessa forma, como indicam Laval e Dardot (2016), toda dimensão pessoal é transformada em recurso, e a própria subjetividade, em sua completude, é guiada por esse modo de gestão, uma vez que cada vez mais as empresas têm avaliado e usando como critérios de contratação de seus empregados não só aspectos diretamente profissionais, mas elementos da trajetória pessoal de vida, além de aspectos estéticos, éticos e comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo que se institui enquanto racionalidade e produz um sujeito, um tipo de ser humano, que age de uma certa forma no mundo, busca prescindir de qualquer forma de justificação ou de produção de engajamento. A governamentalidade neoliberal passa a permear a constituição da subjetividade dos sujeitos de forma não só a disciplinar corpos, mas gerenciar mentes. Se constitui assim como um conjunto de dispositivos das mais variadas ordens, regulatórias, discursivas, jurídicas, políticas, econômicas, estéticas, institucionais, que conformam uma rede, ou habitáculo duro como aço, mas movente, que se adapta e se transforma produzindo efeitos híbridos, desiguais e às vezes inicialmente não planejados. Cabe-nos lançar algumas indagações como caminhos futuros: quais são os desdobramentos dessa crise de governamentalidade pela qual tem passado a racionalidade neoliberal, ou o espírito capitalista, desde o fim da década de 2000? Quais são os ajustes

pelos quais os dispositivos gerenciais das mais distintas ordens têm passado? Quais têm sido as formas de enfrentamento ou de produção de outras governamentalidades gestadas a partir desse período?

Este texto pretendeu traçar um conjunto de linhas de leitura por uma variedade de autores, tendo como eixo de condução a ideia de “espírito” do capitalismo. Longe de esgotar o debate ou dar resposta às perguntas que lançamos, buscou-se estabelecer algumas notas e alguns guias metodológicos para o diálogo com esses autores e possibilitar uma adentração a reflexão sobre a relação entre capitalismo, neoliberalização e racionalidade.

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L. sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan/jun 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- LOWY, M. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**, Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 2014.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 92, p. 59-78, Mar. 2012.
- PECK, J. ‘Neoliberalismo y crisis actual’. **Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal**, 12(19), 2012.
- PECK, J. Neoliberalism. in: D Richardson, N Castree, M Goodchild, W Liu, A Kobayashi & R Marston. **The Wiley-AAG international encyclopedia of geography**. Oxford: Wiley- Blackwell, 2016.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980
- SOUZA, J. Apresentação. In: WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. organização e comentários Jesse de Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. organização e comentários Jesse de Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular, e índice remissivo Antônio Pierucci; tradução José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. ■